

## **Bases teóricas dos modelos de *efficiency wage* e da contraposição entre *insiders* e *outsiders* e o comportamento do mercado de trabalho**

*Sebastião Ferreira da Cunha*<sup>1</sup>

### **Introdução**

Historicamente, o capitalismo apresenta tendência a criar e a reproduzir uma massa de pessoas que necessitam vender sua capacidade produtiva e que não encontram possibilidades de exercício laboral, ao mesmo tempo em que mantém e acentua o grau de exploração daquela massa de trabalhadores que é incorporada – direta e formalmente ou em condições marginais – ao processo de produção e circulação de mercadorias. A reprodução sistêmica das relações sociais e, neste sentido, a continuidade do modo de produção, significa manutenção de uma classe que não tem como sobreviver a não ser que venda sua força de trabalho. Essa realidade encontra as mais diversas explicações na teoria econômica, que vão desde a crença de que a desigualdade extrema e a não incorporação do trabalho à produção de mercadorias são resultados de escolhas individuais – como corolário da negação da impossibilidade de problemas resultantes do livre mercado – à percepção de que essa realidade é imanente à dinâmica sistêmica do funcionamento da economia<sup>2</sup>.

A teoria econômica convencional<sup>3</sup>, ao tratar do uso da força de trabalho, utiliza o mesmo método empregado para outros assuntos, a saber, a divisão entre as forças de oferta e de procura. Ao partir da noção de um mercado de trabalho, considera-o em equilíbrio, e faz uso dos já propalados pressupostos básicos: a existência de livre mobilidade dos fatores de produção, de simetria de informações, de um número de agentes tal que nenhum deles tenha condições de influenciar o mercado e que todos são maximizadores de seus interesses econômicos. Nestas condições, e tendo o preço como variável que ajusta quantidades ofertadas e vendidas, o *mainstream* acredita que o livre jogo das forças de oferta e de procura acomoda as tensões existentes no mundo real, e não caberia, então, maiores questionamentos sobre os motivos que levam ao desemprego ou às condições e relações de trabalho fora do escopo das escolhas individuais. Este arcabouço teórico serve de base para teses influentes na atualidade, mesmo convivendo com demonstrações rigorosas de seu descolamento com o que efetivamente ocorre na realidade.

---

<sup>1</sup> Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Endereço eletrônico: [sebacunha@yahoo.com.br](mailto:sebacunha@yahoo.com.br).

<sup>2</sup> Ver Amadeo e Estêvão (1994).

<sup>3</sup> Friedman (1992) é boa referência para exemplificar.

Neste artigo pretendemos dar forma a uma crítica à teoria convencional da segmentação do mercado de trabalho através da análise de elementos que lhes dão base de sustentação. Para tanto, analisaremos a robustez das teses de *efficiency wages* e de *insiders versus outsiders* à luz da construção marxista do exército industrial de reserva. Apresentaremos argumentos para comprovar que as referidas teses dependem, em grande parte, do corolário que compõe a economia neoclássica, seja de pressupostos seus ou de conclusões próprias desta corrente de pensamento. No próximo item, faremos uma breve demonstração do arcabouço geral da concepção neoclássica de funcionamento do mercado de trabalho e demonstraremos sua referência em teses que influenciam a ciência econômica na atualidade para, posteriormente, apresentarmos uma breve crítica. No segundo item, discorreremos sobre a concepção marxista de superpopulação relativa e sua relevância para a explicação da existência do desemprego e de suas influências nas condições e relações de trabalho. Finalmente, no item 3, apresentamos os elementos que sustentam as teses de *efficiency wages* e da contraposição entre *insiders versus outsiders* para, em seguida, analisar a robustez dos argumentos, identificar sua ligação com o constructo neoclássico e elaborar a crítica. Em seguida, apresentamos as notas conclusivas. Percorre todo o trabalho, como pano de fundo, a percepção da existência dos chamados processos de reestruturação produtiva e, em alguns momentos, referimo-nos à utilização da terceirização como elemento de racionalização da produção.

## 1. O olhar neoclássico

De acordo com o arcabouço neoclássico, dada a existência de rendimentos marginais decrescentes, o empresário contrata trabalhadores até o ponto em que a receita marginal se iguala ao custo marginal, ou, até o momento em que o custo pela contratação de uma unidade a mais de trabalho se iguala ao que ele acrescentaria à receita total da empresa<sup>4</sup>. Esta seria a curva de demanda por trabalho e, por outro lado, a curva de oferta seria representada pelo cálculo do trabalhador através de uma escolha simples, baseada na utilidade marginal. O prazer que o trabalhador teria ao obter determinados bens e serviços oriundos da renda conseguida com o emprego é o parâmetro a ser utilizado para comparar com a desutilidade que teria em abrir mão do lazer ao optar pelo emprego. Assim, o trabalhador toma a decisão do quanto ofertar de trabalho, e o limite é determinado pela igualdade entre a utilidade e a desutilidade do emprego e do lazer.

---

<sup>4</sup> A igualdade entre custo marginal, neste caso o salário real, e a receita marginal como limite para a contratação do fator de produção trabalho e a determinação do nível de emprego na economia.

Através dos pressupostos descritos anteriormente, só se pode concluir que o jogo de poder ocorre tendo como base a suposição de que as escolhas são feitas a partir de uma igualdade de forças (de oferta e de demanda) e que os resultados considerados negativos pelos indivíduos, como salários baixos demais, condições precárias de trabalho ou desemprego, só podem ocorrer devido a escolhas equivocadas. A existência de impactos negativos para o trabalho não faz, também aqui, o menor sentido nesta ótica, já que se não houver empecilhos à liberdade dos agentes, o resultado seria ótimo<sup>5</sup>. Todos que queiram vender sua força de trabalho encontram comprador e o empregador somente contrata mais trabalhadores à medida que ocorra uma alteração no nível da produtividade em favor do aumento da receita marginal – que pode se dar pela inserção de nova tecnologia, de mudança do *layout* de organização da produção, ou da produtividade do trabalho, advinda, por exemplo, pelo aumento da qualificação – ou então pela redução do custo marginal, o salário real. Como já bem explorado pela literatura econômica<sup>6</sup>, só existiria desemprego por opção do trabalhador, pelo desprazer do trabalho ser maior que o prazer em não trabalhar – o desemprego voluntário –, ou por uma questão temporal, em que o trabalhador estaria transitando de um emprego para outro – o desemprego friccional. Como desdobramento, condições de trabalho mais ou menos precárias seriam também resultado de escolhas dos trabalhadores, ao estilo da contraposição entre prazer e dor, sempre mediada pela variação da renda<sup>7</sup>.

Estabelecidas estas teses, é definido o nível de produção e a ciência econômica ocupar-se-á de outros temas, não cabendo espaços para se discutir impactos deletérios para o mundo do trabalho. Ou seja, se um proprietário de qualquer fator de produção está em uma situação de desvantagem em relação a todos os outros significa que ele fez uma leitura equivocada da realidade ou então não se pautou por iniciativas condizentes com aquelas que são pressupostas para todos os agentes, e, portanto, não cabe ao mercado, ou qualquer agente externo, como o sindicato ou o setor público e as políticas de distribuição de renda, premiá-lo pelas suas opções equivocadas. O que implica, por contraposição, supor que aquele que obtém melhores resultados – econômicos, diga-se de passagem – encontra-se nesta condição por receber o aval do mercado pelos acertos em suas decisões. Ao filiar-se, em maior ou menor grau a esta corrente teórica<sup>8</sup>, concorda-se que efeitos considerados deletérios sobre o mundo do trabalho somente podem ter origem em decisões equivocadas dos agentes, como

---

<sup>5</sup> Pareto e lei dos mercados de Walras.

<sup>6</sup> Por exemplo, Amadeo e Estevão (1994).

<sup>7</sup> Ver, por exemplo, Friedman (1992).

<sup>8</sup> Não mergulharemos, aqui, nas especificidades das ramificações a partir da ortodoxia, absorvendo apenas suas teses gerais.

demonstrado acima, ou por fatores exógenos ao modelo, como a ação do poder público ou dos agenciadores do trabalho, os sindicatos<sup>9</sup>.

### 1.1. Variações sob o mesmo tom: influências da neoclássica

Uma variação deste corolário é que se tornou padrão, em maior ou menor grau, para as decisões de política econômica é aquilo que se convencionou chamar de taxa natural de desemprego. Esta tese é um desenvolvimento a partir de dois parâmetros: o primeiro, resultado do *trade-off* proposto nos desenvolvimentos teóricos do que se convencionou denominar Curva de Phillips; e um segundo relacionado à tese de Friedman, de que certa taxa de desemprego é resultado de escolhas do trabalhador.

Do desenvolvimento teórico a partir da Curva de Phillips conclui-se que existe uma relação inversa entre inflação e taxa de desemprego, e que aumentos significativos nos salários pressionam para redução do nível de emprego. Portanto, aumentos nos salários nominais com vistas a aumentar o nível de atividade econômica e o emprego resultam na ampliação da inflação e, assim, é necessário deixar o mercado – e não a política econômica – decidir quantos trabalham e quantos ficam desocupados.

Friedman (1992), como expoente dos monetaristas, recrudescer o argumento neoclássico e demonstra que o trabalhador leva em consideração não o salário nominal, mas, seu real poder de compra, como nos pressupostos neoclássicos. No longo prazo, a ilusão monetária perde seu efeito<sup>10</sup>. Desta forma, a curva de oferta de trabalho considera que os trabalhadores estão dispostos a trabalhar até o ponto em que a utilidade marginal obtida com a renda oriunda da atividade laboral for maior que o desprazer gerado pelo abandono do lazer resultante do não-trabalho, determinando o salário real. Por outro lado, os empresários contratariam na situação limite, quando o acréscimo na receita marginal pela inclusão de mais uma unidade do fator de produção trabalho for igual ao custo com esta mesma unidade, como visto. Novamente, reaparece o mesmo argumento de que, dadas as curvas de oferta e de demanda, o equilíbrio do mercado de trabalho se daria pelo encontro de ambas, porém,

---

<sup>9</sup> Esta análise refere-se a pressupostos estabelecidos na chamada revolução marginalista e que parecem distantes no tempo e de uma leitura aproximada da realidade, porém, quando se verifica estudos recentes considerados de grande influência, o que se evidencia é uma responsabilização do desemprego pela ação equivocada do trabalhador, baseada no chamado individualismo metodológico, o mesmo de Jevons, Walras e Menger. Como exemplo podemos citar o penúltimo prêmio Nobel de economia, agraciado a pesquisadores que, grosso modo, explicam o desemprego como sendo resultado de falta de qualificação do trabalhador, ou seja, de suas escolhas equivocadas.

<sup>10</sup> As evidências postas com a chamada estagflação deflagraram movimentos de críticas a estas teses e podem ser captados em Amadeo & Estevão (1994), por exemplo. Friedman e suas teses podem parecer figuras do passado, mas, uma leitura cuidadosa de pesquisadores e consultores atuais nos ajudam a perceber o quanto seus argumentos reverberam tanto no ambiente científico quanto naquele onde são articuladas políticas econômicas, como fica característico nas leituras de Pastore (1997 e 1998).

consistente com certo nível de desemprego da população economicamente ativa. Somente um aumento no salário real poderia reverter esta condição, já que nesta situação os trabalhadores abririam mão do lazer e ofertariam mais trabalho, porém, a limitação imposta pela curva de demanda (a relação entre receita marginal e custo marginal) inibe maiores contratações e mantém o equilíbrio com uma taxa natural de desemprego<sup>11</sup>.

Está subjacente a estes raciocínios a perspectiva clássica de neutralidade da moeda e de escolhas perfeitamente racionais dos agentes, pressuposto básico do individualismo metodológico e que implica na relação direta entre resultados ruins e escolhas equivocadas, não deixando brecha para análises explicativas do desemprego fora deste âmbito, ou, portanto, para políticas de demanda com vistas a ampliar a geração de postos de trabalho. Assim, cumpridas todas as exigências apontadas como pressupostos, por mais que haja uma taxa de desemprego considerada natural, como a NAIRU, ela é mera consequência de interesses de ambas as partes dos agentes, tanto ofertantes quanto demandantes, já que, no caso dos ofertantes, se desejassem reduzir tal taxa bastaria um simples movimento no sentido de flexibilizar o prazer de estar desempregado e aceitar trabalhar a um salário real menor que a receita marginal prevalecente a dada produtividade do trabalho.

Ora, se aceitarmos os pressupostos descritos anteriormente, de neutralidade da moeda e daqueles condicionantes para a existência de concorrência perfeita, resta-nos pouca margem de manobra teórica para escaparmos do corolário neoclássico e não declararmos a existência de desemprego somente nas condições anteriormente constituídas. Porém, não partimos de tais pressupostos e, portanto, não podemos aceitar a existência de uma taxa natural de desemprego, apesar de crermos na manutenção sistêmica de quantidades consideráveis de trabalhadores que não encontram compradores para sua força de trabalho. E isto por várias razões.

## **1.2. Uma crítica à taxa natural de desemprego**

A crítica à dependência que as conclusões oriundas da abordagem neoclássica têm da existência teórica de um mercado de concorrência perfeita já foram bem demonstradas<sup>12</sup> na literatura e, por esta razão, não nos ocuparemos dela. Vejamos se a tese da taxa natural de desemprego pode ser conceito teórico robusto para nosso debate. Quando Friedman constrói

---

<sup>11</sup> Outras teses derivam destas construções teóricas, como a versão Friedman-Phelps da Curva de Phillips, as expectativas racionais, adaptativas e a non-accelerated inflation rate unemployment (NAIRU), mas, não são objeto deste debate, sendo suficiente para nossa discussão a noção de existência teórica de uma taxa natural de desemprego, exposta no corpo do texto. Também não avançaremos sobre o debate e sobre a crítica a este arcabouço, como na leitura pós-keynesiana.

<sup>12</sup> Ver, por exemplo, Amadeo e Estevão (1994).

suas argumentações, leva em consideração que os trabalhadores, ao construírem sua curva de oferta, utilizam como parâmetro o salário real e, ao avaliarem os benefícios derivados da renda oriunda de um emprego com o prazer que podem obter em permanecendo desempregados, somente procurarão trabalho se a renda a ser auferida lhes proporcionar mais prazer. Logo, estamos diante das bases que dão sustentação ao conceito de desemprego aberto, amplamente utilizado nas pesquisas de emprego e desemprego nos países do ocidente.

Como é sabido, o desemprego aberto é um conceito insuficiente para se definir as condições de não emprego e/ou de subemprego existentes na sociedade<sup>13</sup>, pois não capta várias outras situações, como a do desemprego por trabalho precário e por desalento. Também ficam alheios às estatísticas do desemprego aberto os miseráveis, sem-teto e trabalhadores desempregados na área rural. Se levarmos em consideração que àqueles que não detêm os meios de produção, para obter bens e serviços, só lhes resta a opção de vender sua força de trabalho, o contingente da População em Idade Ativa (PIA) que não se enquadra na condição de desemprego aberto é pouco representativo e, mesmo aqueles que se encontram nesta situação ainda podem ser ocupados sem remuneração ou estar em situação precária, ou desistiram de procurar emprego, como vimos anteriormente.

Ao mesmo tempo, a existência ou não de condições precárias de trabalho somente faz sentido nesta perspectiva em estudos marginais, secundários, ligados à questão da produtividade. Também neste caso, há uma falsa dicotomia, já que o trabalhador faz uma escolha entre trabalhar em piores ou melhores condições e receber melhores ou piores salários, o que nos leva à questão das escolhas racionais dos indivíduos<sup>14</sup>. Ou então, outra dicotomia se estabelece: aqueles que trabalham em piores condições, com salários piores, estão nesta situação pois não buscaram a qualificação e, portanto, nada podem reclamar; ao contrário daqueles que fizeram uma leitura correta do mercado e gastaram seu tempo ocioso com estudos e dedicação ao trabalho, que lhes garantiu a qualificação necessária para terem melhores condições de trabalho e maiores rendimentos<sup>15</sup>.

## **2. Superpopulação relativa, desemprego e precarização das condições e relações de trabalho**

Diferentemente das percepções daquelas correntes teóricas que têm sua base na neoclássica, várias iniciativas críticas já se fizeram em direção à interpretação de quais

---

<sup>13</sup> Ver [www.dieese.org.br](http://www.dieese.org.br) e Baltar (2003).

<sup>14</sup> Ver Friedman (1992).

<sup>15</sup> Ver Pastore (1997). Para uma crítica à questão da empregabilidade, ver Salm (1997).

motivos levam à existência da precarização. Elas podem ser desmembradas, grosso modo, em duas ramificações básicas: uma, que envolve a relação entre crescimento e geração de postos de trabalho; e outra, que vincula precarização à expansão da acumulação capitalista. Ambas iniciam suas análises a partir dos conceitos de desemprego e ocupação.

A primeira delas, apesar de tratar de aspectos da dinâmica da economia, envolve questões que estão associadas, essencialmente, a variações conjunturais e não será tratada neste trabalho. Já a segunda aborda mudanças estruturais e tem sido discutida, fundamentalmente, em duas linhas: uma que explora a relação entre o impacto das diferentes estruturas tecnológicas entre os setores que compõem a dinâmica de uma economia comparativamente a outra<sup>16</sup>; e uma linha ancorada na percepção de que existem elementos que permitem acreditar que a dinâmica sistêmica gera, dadas suas regras de funcionamento, precarização.

Uma pergunta comum a ambas é se o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas é capaz de absorver toda força de trabalho à disposição e, em que condições a absorve. Na teoria convencional, a resposta a esta pergunta esteve associada à possibilidade ou não de se atrelar o crescimento da absorção de trabalhadores com o crescimento populacional. É na resposta a esta questão que estão, a nosso ver, os desdobramentos teóricos relacionados à realidade estrutural associada ao mundo do trabalho e que engloba temas como desemprego e precarização das condições e relações de trabalho, e somente a última das perspectivas relacionadas anteriormente permite captar estes desdobramentos. Com base na crítica marxista à relação entre a teoria da população malthusiana e a existência de um exército industrial de reserva, Oliveira (1976) demonstra que a dinâmica da acumulação capitalista não se subordina ao crescimento populacional, mas, ao contrário, é ela quem determina o *quantum* de população necessita, consubstanciando, inclusive, a superpopulação relativa.

Se formos observar mais de perto, a própria definição de trabalho precário é tema controverso<sup>17</sup>. Para o que nos interessa aqui, é importante perceber que o conceito de trabalho

---

<sup>16</sup> Desta preocupação surgiu o debate a respeito que o tipo de tecnologia utilizado em determinado país tem de condicionar ou não a manutenção persistente do desemprego ou de subempregos. Assim como as diferenças de taxas de desemprego entre os diversos países (entre centrais e periféricos, entre os mais ou menos afeitos ao *welfare state etc*) ou a diferenciação entre os tipos de postos de trabalho gerados nos países industrializados e nos países em desenvolvimento, em termos de múltiplos estágios de avanço do capitalismo.

<sup>17</sup> Como demonstra Joan Robinson, ao introduzir o termo “desemprego disfarçado” para designar aquela situação em que trabalhadores que não encontram ocupação em atividades mais “nobres”, com mais alta remuneração e produtividade, buscam trabalho em atividades consideradas “inferiores”, geralmente autônomas, e que funcionam, objetivamente, como opção ao desemprego. Esta categoria se associa à noção de subemprego e de subutilização para caracterizar a realidade de parte considerável de trabalhadores em países não desenvolvidos.

precário é diferente da noção de precarização das condições e relações de trabalho. O primeiro é constatado a partir de um recorte, ao mesmo tempo em que está associado a uma condição permanente, imanente às características sistêmicas. Dito de outra forma, compreendemos que em qualquer momento que se procure estabelecer parâmetros daquilo que são, efetivamente, as relações de classe, encontraremos trabalho precário como realidade generalizante. A precarização, como indicado, é o ato de precarizar, diferentemente do subjetivo “precário” que acompanha o trabalho, e quando utilizado nestes escritos referem-se a tendência, movimento.

Neste contexto, acreditamos que os conceitos teóricos de superpopulação relativa, exército industrial de reserva, superexploração e precarização das condições e relações de trabalho são os mais fidedignos para se identificar o que condiciona a realidade que buscamos expressar desde o início deste trabalho. Como nexos causais a ser perseguido, consubstancia-se a seguinte ordem de conexão: através da combinação da necessidade de enfrentamento da concorrência com a tendência a perseguir a expansão da extração de mais-trabalho na mais-valia extraordinária, o capitalista é impelido a buscar novas formas de produzir, seja alterando a forma de organização do trabalho – e as relações que estão subjacentes – ou inserindo maquinaria, o que potencializa a capacidade de uso do trabalho. Como resultado, ocorre a superexploração do trabalho (que relacionamos com precarização) e a geração de uma massa de trabalhadores que fica sem trabalho, a superpopulação relativa, ou exército industrial de reserva, que configura a massa permanente de trabalhadores que desejam se ocupar e não encontram emprego. Este processo está, a nosso ver, intimamente ligado aos mecanismos estabelecidos no processo de reestruturação produtiva, mais particularmente à instauração da chamada empresa-rede<sup>18</sup> e ao uso da terceirização que permite, entre outras coisas, reduzir custos e ampliar a capacidade de flexibilizar o uso da força de trabalho.

## **2.1. Exército industrial de reserva e a precarização das condições e relações de trabalho**

A noção de existência de um volume de trabalhadores que permanece sem emprego e que serve de pressão para a assimetria de poder de negociação em favor do empregador remete ao estudo de tendências do desenvolvimento histórico realizado por Marx. Ao tratar da lei geral da acumulação capitalista, Marx identifica que uma parcela cada vez maior da classe trabalhadora é alijada do processo produtivo, mas, que gravita em torno dela, configurando, então, o desemprego como condição imanente à ordem capitalista. É a partir desta tese que

---

<sup>18</sup> Sobre o conceito de empresa-rede, ver Penha (2001). Para compreender suas relações com a reestruturação produtiva, a terceirização e a precarização das condições e relações de trabalho, ver Cunha (2002).



concebemos o desemprego permanente, a superexploração e a precarização das relações e condições de trabalho.

Pela lei geral da acumulação, dois flancos principais precisam ser atacados pelo capitalista: a ampliação da capacidade de extração de mais-valia, seja ela relativa ou absoluta, ou a combinação de ambas, com vistas a aumentar a apropriação do excedente gerado e não pago; e o recrudescimento no enfrentamento da concorrência. A geração de métodos que lhe permitam ampliar a extração e apropriação do excedente, além de aumentar sua riqueza, também cumpre o papel de permitir a redução dos preços de seus produtos para enfrentar a concorrência e abocanhar fatias do mercado no qual está inserido, ao mesmo tempo em que expulsa virtuais e reais concorrentes. A concentração do capital apresenta-se como condição necessária para sua manutenção no mercado, sob pena de aniquilar-se, caso não lhe dê a devida importância. Ao mesmo tempo, este capitalista pode se unir a outros capitais, centralizando-os, e aumentando ainda mais seu poder<sup>19</sup>.

A busca pela acumulação impele os capitalistas a centrar fogo em mecanismos de diminuição da relação trabalhador/produto. A inserção tanto das mudanças organizacionais (alterações em *layout*, na distribuição de atribuições *etc*) quanto tecnológicas, principalmente de máquinas e equipamentos, passa a ser exercício rotineiro. Com isto, tem-se, além da ampliação das atividades por trabalhador e do ritmo de atuação, a redução do trabalho vivo em relação ao trabalho morto. Portanto, da necessidade constante de busca por aumento da capacidade de acumulação, é gerada a superpopulação relativa – parcela dos trabalhadores que se mantém desempregada –, que contribui para a formação do exército industrial de reserva. É importante ressaltar que este movimento não reduz a contratação absoluta de trabalhadores, mas, a parcela de trabalho em relação ao capital no processo geral de acumulação reduz-se relativamente, pois o gasto individual crescente com capital constante, apesar de diminuir aquele com o capital variável, aumenta esta parte em termos globais. O capital, ao ampliar-se, amplia também o proletariado<sup>20</sup>.

O elemento essencial deste processo é a tendência ao aumento da composição orgânica do capital, que traz consigo a manutenção de uma superpopulação relativa, ou exército industrial de reserva. O capital, no início do processo produtivo, se divide em capital

---

<sup>19</sup> Ver, por exemplo, Mandel (1982). Concentração e centralização são temas relevantes para a discussão, mas, não serão discutidos aqui e maiores esclarecimentos podem ser obtidos em Cunha (2013).

<sup>20</sup> Marx, ao tratar das leis de tendência e de contratendência no capitalismo, conclui: “...os meios de produzir mais-valia relativa reduzem-se, em suma, ao seguinte: converter a maior quantidade possível de dada massa de trabalho em mais-valia, ou empregar a menor quantidade possível de trabalho em relação ao capital adiantado. Assim, as mesmas causas que permitem elevar-se o grau de exploração do trabalho impedem que se explore com o mesmo capital global a mesma quantidade anterior de trabalho” (MARX, 2008: pág. 308).

constante e capital variável. A parte constante refere-se ao montante de capital empregado em máquinas, equipamentos e matéria-prima, que apenas transferem valor para os produtos, e a parte variável é assim chamada por referir-se ao montante destinado à compra de força de trabalho que, além de transferir valor, ao ser utilizada, amplia o valor dos bens por ela produzidos. Esta divisão abstrata exprime a composição orgânica do capital, a composição em valor<sup>21</sup>.

Objetivando o aumento progressivo da produtividade do trabalho, ocorre, além do crescimento quantitativo do capital, um aumento desta composição orgânica do capital. Isto acontece pois o capitalista produtor de mercadorias é impelido a ampliar sua capacidade de extrair mais-valia de uma mesma massa (menor ou maior) de trabalhadores. Assim, como resultado, com o crescimento do capital global, ocorre um aumento da demanda por trabalhadores, mas, a participação do capital variável cai, relativamente, pois, para extrair mais-trabalho de uma mesma quantidade de trabalhadores, a inserção de máquinas – e, portanto, a alteração da composição orgânica do capital – é movimento perene. Como resultado, a acumulação capitalista traz consigo, à medida que se expande, “uma população trabalhadora relativamente supérflua, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente” (MARX, 2002: pág. 733).

Outro aspecto deste movimento, que não acontece, necessariamente, com a utilização de mais capital constante em relação ao variável, pode ser visto na forma de organizar os trabalhadores e na alteração das relações de trabalho, como o ritmo e aumento do número de atividades, que implica em ampliação da extração de mais-valia. Como acontece com a alteração da composição orgânica do capital, a tentativa, neste caso, é de fazer com que o valor individual de produção de sua mercadoria fique abaixo do valor social, praticado por outros capitalistas, ou que a mercadoria seja produzida com uma quantidade de trabalho abaixo da quantidade de trabalho social média. Assim, busca-se inserir métodos mais produtivos (no sentido de alterar para baixo a relação trabalhador/produto), pois, se conseguir vender sua mercadoria ao preço médio, obterá uma mais-valia extraordinária<sup>22</sup>. Esta parece ser a essência dos objetivos pretendidos com a chamada reestruturação produtiva quando se trata das alterações na forma de organizar a produção, potencializado pelos aspectos das fusões e aquisições e da concentração e da centralização de capitais.

---

<sup>21</sup> A composição técnica exprime a divisão do capital em termos de valor-de-uso (MARX: 2008).

<sup>22</sup> Como os produtores são impelidos à concorrência, à medida que o método se generaliza, a homogeneização se repete e se esvai a mais-valia extraordinária.

A existência de um exército industrial de reserva, como a população “sobrante”, além de manter a própria estrutura, já que viabiliza a reprodução de uma classe, também contribui para que se mantenha a relação de dominação<sup>23</sup>, uma vez que permite ao capital controlar a divisão do excedente, e, portanto, o valor dos salários, bem como as condições de uso da força de trabalho (MARX, 1983; ANTUNES, 2007; DUMENIL & LEVY, 1999). O aumento do número de pessoas com emprego não é suficiente para aumento dos salários e, o contrário, o crescimento da população sem emprego também não se traduz, necessariamente, em redução dos salários, como na noção simples de equilíbrio de mercado pelas forças de oferta e procura. Depende destas questões, obviamente, porém, exercem influência singular questões relacionadas ao processo de acumulação e a correlação de forças estabelecida entre as classes sociais (MARX, 1983)<sup>24</sup>. Nas conclusões de Marx:

se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista e, ao mesmo tempo, condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população (MARX, 2008: pág. 312).

Ora, estas conclusões são percepção completamente divergente daquelas presentes na teoria tradicional, e mesmo com seus desdobramentos, como a noção de taxa natural de desemprego. Por elas, a existência de uma superpopulação relativa imprime, na forma de desemprego permanente, uma condição de sujeição do trabalhador à superexploração do trabalho, que associamos à precarização das condições e relações de trabalho<sup>25</sup>. A interpretação dos sentidos desta dinâmica permite classificar o processo de reestruturação

---

<sup>23</sup> Note-se que não faz sentido o uso do termo “excluídos” para designar a parcela de trabalhadores desempregados, já que a própria existência desta situação é condição necessária para a manutenção da lógica sistêmica.

<sup>24</sup> Veja que a percepção, por si só, de que a lógica e a dinâmica capitalista não comportam uma situação em que todos os trabalhadores estejam empregados – ou, em um sentido particular, que exista o pleno emprego – contrapõe-se ao constructo neoclássico de que o trabalhador faz escolhas entre vender ou não sua força de trabalho. Como afirmara Keynes, não é prática comum dos trabalhadores reduzir a oferta de trabalho quando os salários reais caem.

<sup>25</sup> Precarizar não significa, em sentido inverso, apostar na possibilidade de existência de uso da força de trabalho de forma não precária nas relações de produção capitalistas. Significa tão somente que o olhar proposto possibilita ver maneiras/mecanismos de se expandir ainda mais uma relação que, por si só, já é precária. A crença, aqui, é a de que o precário, neste caso, é condição estrutural da própria relação, como visto anteriormente.

produtiva como sendo a expressão real, datada historicamente, dos preceitos teóricos ali contidos.

A seguir colocaremos em evidência alguns pressupostos básicos – bem como elementos para a crítica – das teses conservadoras que partem da noção de segmentação do mercado de trabalho entre primário e secundário para explicar elementos definidores das condições e relações de trabalho. A escolha pelos conceitos de *efficiency wages* e a contraposição entre *insiders versus outsiders* está assentada na necessidade de reler a percepção de que a rigidez salarial é elemento essencial para compreender os movimentos do mercado de trabalho, já que estes conceitos seriam basilares para explicar a desigualdade de poder entre os diversos trabalhadores como causa de parte do desemprego e da existência de trabalho precário.

### **3. *Efficiency wages*, contraposição *insiders x outsiders* e poder de mercado do trabalho**

Existem, na sociologia e na ciência econômica, leituras de que transformações profundas que ocorreram na economia mundial, e na brasileira, particularmente a partir dos anos 1990, têm relações diretas com movimentos de crise do capitalismo e que levaram ao processo de reestruturação produtiva<sup>26</sup>. Sob este olhar, acredita-se, ainda, que outros processos, associados aos movimentos político-ideológicos do que se convencionou denominar neoliberalismo, impulsionaram o avanço de mudanças significativas nas condições e relações de trabalho, alavancadas, em grande parte, pela terceirização<sup>27</sup>. Porém, é preciso deixar claro que a forma de interpretar estes processos está inserida em um grupo teórico distante do pensamento sustentador do *mainstream*, conservador, e que no bojo destas transformações ocorridas foram sendo construídos posicionamentos teóricos divergentes, categórica e metodologicamente, do desencadeamento lógico que propusemos, e que influenciaram sensivelmente o debate. Discutiremos, aqui, algumas das proposições que, a nosso ver, constituem-se em desinências da chamada teoria convencional sobre a explicação de por que existe desemprego e trabalho precário, e, para isso, partiremos das noções de *efficiency wages* e da contraposição *insiders versus outsiders*<sup>28</sup>.

É a partir de um debate histórico que envolve estas questões, que se procede a uma certa ranhura nas teses do equilíbrio geral com pleno emprego e no tratamento dado ao

---

<sup>26</sup> Ver, por exemplo, Cunha (2013) e Dedecca (1999).

<sup>27</sup> Ver, por exemplo, Cunha (2002).

<sup>28</sup> Para o debate do impacto da rigidez no nível de desemprego e de sua existência sobre o desenvolvimento teórico ver, por exemplo, Amadeo & Estevão (1994).

mercado de trabalho como se fora outro qualquer, porém, sem rupturas estruturais com o individualismo metodológico e com elementos teóricos do livre mercado. As teses de segmentação do mercado de trabalho e de mercados internos e duais pretendia, inicialmente, explicitar diferentes relacionamentos entre trabalhadores internos à firma e a determinação de seus salários e dos trabalhadores externos com o mercado de trabalho, e seus impactos para a tão propalada rigidez dos salários reais. Por esta concepção<sup>29</sup>, os segmentos mais organizados, formados por trabalhadores que estão em atividade, existem porque as empresas estariam a requerer trabalhadores cada vez mais qualificados e esta condição estaria associada ao tempo de trabalho e de treinamento obtidos na própria empresa para aumento da produtividade. As empresas, com vistas a reduzir a rotatividade do trabalho, estimulam a estabilidade através de remunerações que superem o custo de oportunidade de bancar a procura por um novo emprego. A diminuição da mobilidade do trabalhador resultaria em redução da influência externa sobre um mercado de trabalho interno à firma, que passaria a ter uma estrutura de salários que depende muito mais de comportamento e de cultura, formando, assim, dois segmentos, com regras específicas, no mercado de trabalho. Repare-se que a forma de organizar as idéias lembra muito as noções marginalistas de escolhas individuais e de resultados eficientes, além da existência de agentes maximizadores dos interesses econômicos entre ofertantes e demandantes.

Doeringer e Piore (1971) constroem a distinção teórica entre um mercado primário e um secundário. Fazem parte do primário aqueles com trabalho estável, de maior remuneração, em postos de trabalho que requerem uso de alta tecnologia e com condições de trabalho melhores, constituindo o setor moderno, caracterizado pela existência de grandes empresas centrais. No secundário estariam as pequenas empresas, consideradas periféricas por eles, com baixo ou inexistente poder de mercado, e as ocupações seriam caracterizadas pela alta rotatividade, baixa incidência de tecnologia avançada, níveis salariais inferiores e com condições de trabalho ruins. Observa-se, neste modelo, que existe certa dificuldade de transitar de um mercado para outro, o que resultaria em pouca influência entre eles (de situações em um mercado sobre a realidade em outro) no que se refere a condições e relações de trabalho. A baixa influência e pouca mobilidade existiriam devido à condição daqueles que se encontram no mercado secundário, por questões culturais, como costumes, hábitos e discriminação, ou por questões econômicas, como a busca pela ilegalidade como via de encontrar ocupação ou para ampliar a remuneração, como nas teses da substituição do lazer

---

<sup>29</sup> Sugerida, primeiramente, por Doeringer e Piore (1971). Repare-se que o tema será tratado aqui sob aspectos distintos daqueles pelos quais foram criados os referidos conceitos.

pela renda. A vivência adquirida no mercado periférico faz com que os trabalhadores à margem daquela estrutura moderna do primário adquiram comportamentos que tendem a potencializar sua manutenção ali, como a falta de pontualidade, a indisciplina, enfim, hábitos aceitos no secundário e “mal vistos” no primário e que dificultam sua ascensão, formatando barreiras inter-setoriais. Não há como negar que esta postura teórico-ideológica se estrutura sobre as bases do individualismo metodológico, o que resulta, neste caso, na interpretação de que as causas do “insucesso” daqueles que estão em piores condições de trabalho assim se encontram e permanecem por suas próprias decisões, sem qualquer possibilidade de influências outras.

Por outro lado, a existência de programas de cargos e salários condiciona uma certa proximidade entre todos os salários das ocupações existentes no mercado primário, com diferenciações, mas, que tendem a apresentar movimentos de tendência comum, diferentemente do mercado secundário, que pode apresentar, inclusive, situações de trabalho degradante, de péssima remuneração e altas taxas de desemprego, combinadas com discrepâncias salariais significativas. Fundamentalmente, as próprias condições de cada mercado implicam em tendência de auto-manutenção já que, por exemplo, no primário, a existência de alteração salarial implica em um posicionamento da empresa favorável a equacionar o movimento solicitado pelos outros trabalhadores, mesmo que os aumentos ocorram em outras empresas, sempre com vistas a manter a estabilidade internamente à firma. No secundário, como demonstrado anteriormente, a interiorização de determinados modos e costumes tende a manter o sujeito naquela condição *ad eternum*. Ou seja, o indivíduo é o único responsável não somente por criar a situação que lhe é desfavorável, mas, também, por torná-la imutável, e as empresas apresentam-se apenas como um agente que contrata aqueles que se apresentam nesta condição. A dinâmica da economia é composta, apenas e tão somente, por recortes observados ao longo do tempo.

Na década de 1980, como desdobramento desta perspectiva, surgiram algumas linhas que visavam explicar, fundamentalmente, por que o mercado de trabalho não tendia ao equilíbrio com a plena utilização de todos aqueles que desejavam trabalhar e não encontravam emprego, mesmo aceitando receber salários mais baixos do que alguns existentes no mercado. Uma delas ficou conhecida como *efficiency wages* e refere-se à manutenção por parte de algumas grandes empresas de salários mais elevados, mesmo existindo oferta abundante de força de trabalho, com o intuito de garantir elevação da produtividade. O argumento utilizado para sustentar a idéia sintetizada nos *efficiency wages* é que o comprometimento do trabalhador em torno do aumento da produtividade é função direta de seu salário real, já que,

ao receber um salário pago por eficiência, o trabalhador se dedica mais, pois estará livre de inquietar-se com a possibilidade de ser demitido ou de ter rendimentos menores, ao mesmo tempo em que a empresa aumentará seus lucros, seja porque aumentará a produtividade e/ou porque reduzirá custos relacionados à rotatividade, como os gastos com treinamento, contratação e demissão.

Ainda na mesma linha, surgiu, no mesmo período, a percepção de que existe um conflito entre aqueles trabalhadores que estão inseridos e os que não fazem parte deste rol, os *insiders* versus os *outsiders*. Seguindo o raciocínio de que a firma incide em custos consideráveis quando se depara com uma alta rotatividade, condição necessária para rebaixamento de salários, o argumento central desta iniciativa teórica é que os trabalhadores *insiders* têm um poder suficiente para influenciar nos salários pagos pela firma, mais especificamente, nos custos relacionados à rotatividade, a ponto de inviabilizar a demissão. Este recurso manteria a estabilidade dos *insiders*, além de seus altos salários e condições de trabalho melhores. Diferentemente da teoria dos *efficiency wages*, o que determina a condição de estabilidade e de melhores salários e condições de trabalho não é uma escolha da firma, mas, o poder de ação dos trabalhadores, mesmo que sustentado na percepção de que a firma interessa manter a estabilidade e os ganhos de produtividade.

A suposição de que existem diferentes capacidades entre os trabalhadores de influenciar o nível de salários supõe uma heterogeneidade que entre em conflito com a noção de homogeneidade, tão cara para o equilíbrio com pleno emprego. A tese acima tenta pôr-se de pé através da existência de uma estratégia dos *insiders* de determinar seu salário nominal a um nível em que a firma desista de contratar *outsiders*, desde que mantenham uma produtividade mais alta que compense os altos custos. Se os trabalhadores desempregados não têm poder de fazer rebaixar o nível salarial através da pressão no jogo de oferta e procura, então, passa a existir a possibilidade de que estes, mesmo desejosos por emprego, não o encontrem.

Para efeito de verificação da consistência das teses baseadas na segmentação, estejam elas associadas aos *efficiency wages* ou à contraposição *insiders* x *outsiders*, relacionaremos, a seguir, alguns pressupostos e conclusões que as sustentam para, posteriormente, procedermos a análises sobre eles: a) é sempre preferível para a empresa ter trabalhadores mais qualificados que menos qualificados; b) os custos com a alta rotatividade de trabalhadores são altos o suficiente para provocar movimentos administrativo-financeiros da empresa rumo à estabilidade destes mesmos trabalhadores; c) a oferta de trabalho tem poder de negociação igual ou maior ao da demanda, pelo menos nos setores onde a

produtividade é mais alta; d) o trabalho precário, instável, degradante e de menor remuneração existe apenas onde grassam as pequenas e micro empresas; e) a mobilidade é apenas questão de escolha, ou seja, o padrão da ocupação é definido pelo lado da oferta de trabalho; f) não há cálculo de viabilidade pensado em termos de custos por setor, apenas através da relação entre produtividade marginal e salário (custo marginal); e g) as condições e relações de trabalho dependem grandemente do comportamento (da cultura) do trabalhador ou de sua qualificação.

As análises que faremos sobre a robustez das teses que associam salário com estabilidade, produtividade e condições e relações de trabalho terão como elemento central os impactos para seus argumentos quando inserimos a terceirização nesta suposta realidade. Antes, porém, precisamos identificar o que se pode, de antemão ser mantido ou extirpado das análises, em termos de coerência interna ao raciocínio ou de possuir ou não referência com os fatos. Nesse sentido, é importante reconhecer que a idéia da segmentação do mercado de trabalho parece ter certa razão de ser, na medida em que, apesar da possibilidade de ascensão, permanece existindo um grupo seletivo, com certa estabilidade, com mais e melhores benefícios, maior participação nas decisões relacionadas à forma de organizar o trabalho e com salários maiores. Comprovam a existência da segmentação os casos do funcionalismo público, por suas características específicas, ou os setores mais organizados sindicalmente, como naquelas indústrias de grande número de funcionários, ou a prevalência de setores tradicionalmente corporativos, e sua contraposição, os grupos periféricos, de baixo rendimento, alta rotatividade, condições precárias de trabalho *etc.* A teoria da segmentação, ao mesmo tempo, representa um avanço no sentido de identificar a existência de desemprego involuntário, porém, esta percepção é sustentada por argumentos nada confiáveis, como o de que a rigidez provocada pela própria segmentação é responsável pelo surgimento e manutenção do desemprego.

A segmentação nas economias centrais é uma característica tanto do período fordista quanto da acumulação flexível, porém, com elementos distintos e com a acumulação flexível apresentando tendência a reduzir o núcleo “privilegiado” e a ampliar os subgrupos periféricos, em termos de subdivisões e de número de trabalhadores (HARVEY, 1992). Em várias análises sobre a chamada época de ouro do capitalismo, acredita-se que o período fordista, mesmo contendo situações de maior poder de negociação do trabalho, apresentava, como qualquer modelo de acumulação, tendência a tornar-se insustentável, com redução relativa do núcleo estável e crescente descontentamento entre os que não se sentiam incluídos na



estrutura<sup>30</sup>. Os dados demonstrados em Mattos (2001) indicam que o grupo de trabalhadores “privilegiados” reduziu-se significativamente após os anos 1960/1970, e mesmo seu poder de influência para manter direitos trabalhistas, salários e benefícios conquistados diminuiu drasticamente, o que se pode verificar inclusive pelo fortalecimento das políticas e reformas liberalizantes.

Ao mesmo tempo, vários movimentos vêm sendo feitos no sentido de desestruturar as bases do que se constituiu a época de ouro: como o avanço do neoliberalismo sobre os direitos trabalhistas, estejam eles ligados ao funcionalismo público, à previdência social ou às leis de proteção do trabalho no setor privado (ANDERSON, 1995); como as iniciativas de redução do poder de influência dos sindicatos, associadas a reformas na legislação ou mesmo internamente à empresa, na “captura da subjetividade operária” (ALVES, 2000); como na desconcentração da planta, na forma de descentralização espacial, e geográfica da produção, como na busca por regiões denominadas *greenfields*, de baixos salários, com apoio do estado através de subsídios, e de fraca tradição sindical (HUMPHREY *et alli*, 2000; MARTIN & VEIGA, 2002). Estes parecem ser argumentos robustos para identificar tendências de manutenção do desemprego, de forma estrutural, e de precarização das condições e relações de trabalho.

No caso brasileiro estas situações são potencializadas, dadas as características da formação do mercado de trabalho e da histórica construção de relações de trabalho altamente anti-democráticas. A segmentação, por aqui, apresenta-se, como demonstra Baltar (2003), sob vários aspectos, como na questão de gênero, nas diferenças entre o chão de fábrica e a administração, entre o grau de escolaridade e entre jovens e adultos. Porém, é difícil afirmar, por estas mesmas características, que exista homogeneização suficiente, e parece ser mais fácil crer que o que existe é similaridade na manifestação de diferenças, porém, poucos e pequenos são os grupos homogêneos, com prevalência maior da heterogeneidade, ao mesmo tempo em que parece pouco crível a existência de um poder de negociação do trabalhador brasileiro, ou de parcela dele, suficiente para garantir reservas de mercado. Também no caso brasileiro pode ser comprovada a existência de numerosa parcela de trabalhadores com baixos salários e reduzida proteção contrastando com uma realidade menos dura, como no caso dos trabalhadores do setor público, ou de operários de setores privados mais organizados, como no caso dos bancários e dos metalúrgicos, com forte tradição sindical (BALTAR, 2003). Mas, também aqui, os movimentos de enfraquecimento da capacidade de enfrentamento dos

---

<sup>30</sup> Como o demonstra o próprio Harvey (1992) e também Gounet (1999), Dedecca (1999) e Alves (2000).

trabalhadores nestas condições apresentaram suas armas, principalmente na década de 1990<sup>31</sup>. Vejamos, então, se podemos confirmar como robustos aqueles argumentos relacionados anteriormente de sustentação das teses que relacionam produtividade, estabilidade, condições de trabalho, poder de negociação dos trabalhadores, desemprego e rotatividade.

a) é sempre preferível para a empresa ter trabalhadores mais qualificados que menos qualificados. Este pressuposto é fundamental para sustentação da tese da segmentação, já que é a qualificação que garante a existência de grupos distintos de trabalhadores e define em que situação o sujeito se encontra. Porém, a realidade tem demonstrado, primeiro, que maior qualificação não é sinônimo de “empregabilidade”, como propalado, e segundo, que a tendência da economia mundial e brasileira é a diminuição relativa e absoluta de postos de trabalho que exigem qualificação em favor de empregos que exigem uma formação mais geral<sup>32</sup>. Ao mesmo tempo, existe uma contradição em termos, já que, se à firma é sempre mais relevante ter trabalhadores com alta produtividade, pagando salários maiores, fica a pergunta de por que aquelas empresas que compõem o mercado secundário, mesmo pequenas, mas, desejosas de tornarem-se grandes, não optam por este padrão ao invés de contratar trabalhadores indisciplinados a salários reais baixíssimos e com baixa produtividade, ao mesmo tempo em que desiste da estabilidade em favor da alta rotatividade. Parece muito mais fiel aos fatos a crítica à tese da empregabilidade, assentada no combate à teoria do capital humano, ao demonstrar que, historicamente, o processo produtivo pode prescindir do trabalho qualificado, à medida que promove a divisão técnica do trabalho (SALM: 1985), ou que a coexistência de postos de trabalho que exigem alta qualificação com outros de baixa exigência não redundam, necessariamente, em resultado de escolha do trabalhador, como acontece com as teses de que a falta de trabalhador qualificado é fundamento basilar para o baixo desenvolvimento econômico<sup>33</sup>. Parece razoável, portanto, crer que não é condição irrefutável que é sempre preferível para as empresas ter trabalhadores mais qualificados que menos qualificados. Ao contrário, os processos de terceirização têm demonstrado claramente o quanto a transferência de setores inteiros é possível sem que haja, necessariamente, dificuldade de encontrar trabalhadores para executar aquelas atividades. Ao mesmo tempo, a

---

<sup>31</sup> Ver, por exemplo, Mattoso (1999) e Ribeiro e Cunha (2005).

<sup>32</sup> Ver, por exemplo, Salm (1997) e Barbosa (2003).

<sup>33</sup> O debate que se instaurou no Brasil a partir dos anos 60 dos motivos pelos quais a industrialização da América Latina vinha acompanhada do desemprego, e as repercussões teóricas que dele vieram, são um bom caminho a ser percorrido para se compreender que é a própria lógica de acumulação e expansão do capital que dá a dinâmica do mercado de trabalho, ou, como demonstrou Marx, o capital controla não somente a demanda, mas, também, a oferta de trabalho.

tendência crescente da composição orgânica do capital, dada a implementação de tecnologia poupadora de trabalhador, que exige a polivalência e multifuncionalidade também pode vir acompanhada de fragmentação da atividade.

b) os custos com a alta rotatividade de trabalhadores são elevados o suficiente para provocar movimentos administrativo-financeiros da empresa rumo à estabilidade destes mesmos trabalhadores. Diferentemente do que aponta a teoria, os movimentos no sentido de buscar a flexibilização das leis trabalhistas no Brasil, e que teve na década de 1990 seu ambiente explícito, são expressão fatídica do quanto a alta rotatividade é utilizada como instrumento para garantir, por exemplo, o rebaixamento de salários e a cooperação dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que diminui os riscos relacionados às variações cíclicas da economia, o que, por si só, já demonstra o quanto a alta rotatividade é buscada, mesmo que indiretamente, através da redução dos custos de contratação e de demissão, ou da inserção maciça do contrato em tempo parcial ou temporário, ou mesmo da manutenção de salários reais e nominais baixos. Ao mesmo tempo, e para corroborar nossas dúvidas quanto à fidedignidade da afirmação contida neste ponto, a terceirização, como demonstram vários estudos, foi instrumento fartamente utilizado para conseguir, indiretamente, burlar a legislação e fazer uso de flexibilização<sup>34</sup>. Não deve haver dúvidas de que um custo alto com a rotatividade – com treinamentos, por exemplo – induza a empresa a optar por ceder determinados benefícios aos trabalhadores, porém, no caso brasileiro, estudos comprovam que a rotatividade foi uma opção perene do capital (OLIVEIRA, 1998), como ocorre em economias que são consideradas, atualmente, paraíso para a terceirização, e utilizado por empresas de países centrais, como o caso da Nike<sup>35</sup>. Para ilustrar nossa argumentação, pesquisa do DIEESE aponta que as relações de trabalho no Brasil, histórica e altamente anti-democráticas, recrudesceram nos anos 1990 (DIEESE, 2007), ao mesmo tempo em que aconteceu um processo de fragmentação da representação sindical dos trabalhadores, seja como resultado do próprio refluxo do movimento e da representação por categoria, ou pela fragmentação causada pela terceirização (CUNHA, 2002).

c) a oferta de trabalho tem poder de negociação igual ou maior ao da demanda, pelo menos nos setores onde a produtividade é mais alta. Não deve haver dúvidas de que a negociação em

---

<sup>34</sup> Ver, por exemplo, Faria (1994) e Krein (2007).

<sup>35</sup> Ver Pochmann (2007) e Foster; McChesney & Jonna (1997).

setores onde os postos de trabalho têm dependência de trabalhadores com altos níveis de especialização é menos favorável ao capital do que nos outros onde esta realidade inexistente. Porém, estes casos são raros, restringindo-se a poucos ambientes, como no caso da ciência, alguns da computação *etc* (ANTUNES, 2007). O que se coloca em xeque é a possibilidade de esta realidade ser tão disseminada a ponto de a influência desta parcela de trabalhadores ser significativa para influenciar não somente estes casos, mas, outros, como aponta a tese da segmentação e da existência de um mercado de trabalho secundário. Para os casos gerais, que representa a imensa maioria dos trabalhadores, permanece com validade as teses do desemprego estrutural e de que o capital controla não somente a demanda, mas, a oferta de trabalho<sup>36</sup>. Assim sendo, é pouco provável a situação em que a mudança estrutural das relações de trabalho, com melhora substantiva da situação daqueles que se encontrariam em um mercado secundário de trabalho, se deva à força daqueles trabalhadores que se encontram no mercado primário de não permitir a plena mobilidade dos fatores, como pretendem as teses do equilíbrio.

d) o trabalho precário, instável, degradante e de menor remuneração existe apenas onde grassam as pequenas e micro empresas. Mattos (2001), ao analisar as tendências do comportamento do mercado de trabalho dos países desenvolvidos, desde os anos 1970, verificou que, apesar dos significativos ganhos de produtividade, os salários apresentam ganhos pífios, mesmo onde a grande indústria prevalece. O que se tem observado é que a inserção da chamada reestruturação produtiva ampliou consideravelmente o ritmo, a intensidade e a jornada de trabalho em setores considerados organizados, como na indústria automobilística. Esta mesma que insere a terceirização para empresas parceira, grandes e médias, como as fornecedoras de autopeças, de pintura *etc*, e que busca regiões com menor resistência sindical, e que exige a polivalência e a multifuncionalidade (HUMPHREY *et alli*, 2000).

---

<sup>36</sup> A participação da indústria e de setores que, tradicionalmente, possuem postos de trabalho que requerem maior qualificação, mantiveram uma tendência, na década de 1990, de queda, desde os anos 1970 e 1980, em relação àqueles que exigem baixa qualificação, como o setor serviços, do comércio e da construção, ou de prestação de serviços, como alojamento, alimentação, reparação e manutenção, lazer, serviços pessoais, domésticos e domiciliares. Assim, quando se desagrega “os setores de atividade, verifica-se que o crescimento da ocupação não agrícola, ao longo da década de 90, foi proporcionalmente muito intenso em serviços domiciliares (3,9% ao ano), entretenimento (4,9%), serviços auxiliares da atividade econômica (4,1%), saúde (3,7%) e serviço doméstico (3,6%). A ocupação também cresceu em ritmo superior ao do crescimento da população urbana em comércio (2,9%), alojamento e alimentação (2,9%), comunicação (3,2%) e educação (2,9%). O ritmo de crescimento da ocupação situou-se mais próximo do crescimento da população urbana em construção civil (2,4%), serviços pessoais (2,5%) e transporte (2,5%). Ele foi menor em serviços de reparação (1,4%), outras atividades sociais que incluem previdência, assistência social, atividades sindicais, religiosas, comunitárias e esportivas (1,3%) e administração pública (1,8%), tendo havido a mencionada diminuição da ocupação na indústria de transformação (11,1%), extração mineral e serviços de utilidade pública (12,3%) e finanças e imóveis (20,1%)” (BALTAR, 2003: pág. 109).

e) a mobilidade é apenas questão de escolha, ou seja, o padrão da ocupação é definido pelo lado da oferta de trabalho. Este pressuposto assenta-se nas afirmativas, primeiro, de que o trabalhador no mercado secundário se mantém ali exatamente por possuir determinadas características, como a indisciplina e a baixa qualificação, segundo, de que aqueles que atuam no mercado primário garantem uma baixa, baixíssima ou inexistente rotatividade. Contudo, um olhar um pouco mais cuidadoso nos permite verificar que um complexo de questões que envolvem não somente o enfrentamento político – em que entram em cena tanto as posturas do estado quanto a estrutura legal e o aparato que lhe dá sustentação ou influência da organização sindical –, mas também as estratégias adotadas pelas empresas no enfrentamento da concorrência e nas relações entre capital e trabalho, podem ser referencial mais adequado para se definir questões como que tipo de posto de trabalho permite condições e relações de trabalho menos desfavoráveis ao trabalho e quais. Ainda que seja verificável a possibilidade e a existência de mobilidade entre trabalhadores, nos parece mais crível que a estrutura das divisões de categorias de condições e relações de trabalho, bem como o volume de trabalhadores que se encontram em cada posição sejam dados, em sua grande maioria, por motivos externos à oferta de trabalho. Como pode-se observar, não é a existência de determinada mão-de-obra, com determinada característica (qualificação, predisposição *etc*) que gerará determinado posto de trabalho, mas, o contrário parece ser mais plausível, à medida que surja o investimento, a adequação do trabalhador ao posto de trabalho acontece a posteriori. Imaginemos uma situação em que todos os trabalhadores se qualifiquem, da melhor e mais adequada forma possível, será que os postos de trabalho irão se adequar a esta realidade, ou será que um resultado possível é o aumento da rotatividade em um inexistente mercado primário? Como esta situação parece impossível de acontecer, não é possível verificarmos o resultado, porém, podemos identificar as mudanças nas condições e relações de trabalho como transformações históricas associadas às questões anteriormente mencionadas.

f) não há cálculo de viabilidade pensado em termos de custos por setor, apenas através da relação entre produtividade marginal e salário (custo marginal). A inserção da estrutura de organização baseada na empresa-rede, como a apresenta Penha (2001), vem de encontro à questão apontada neste item. Seguindo a tradição da neoclássica, os defensores das teses dos salários por eficiência e da contraposição entre *insiders* e *outsiders*, a empresa não faz cálculos de custos por setores, mas, sim, baseados na relação entre o custo com a adição de

uma unidade do fator de produção trabalho e a receita obtida com a sua inserção. Na concepção da empresa-rede, ocorre, não fisicamente, mas, no aspecto organizacional, a divisão da empresa em várias microempresas. Cada uma delas configura-se como um centro de resultado e, ao construir uma estrutura de custos e de controle de estoques e de qualidade própria, organiza-se a partir de orçamento, funcionando como cliente do centro anterior e como fornecedor do próximo. Esta forma de organizar permite à grande empresa definir quais setores permanecem internos a ela e quais serão terceirizados. Tanto o que permanece quanto o que é terceirizado precisa fazer “ajustes” no sentido de ampliar o lucro operacional através do aumento da produtividade e em redução de custos.

g) estas condições e relações dependem grandemente do comportamento (da cultura) do trabalhador ou de sua qualificação. Como em todos os itens anteriores, neste também o individualismo metodológico é a referência e, portanto, a forma como a realidade se apresenta é resultado apenas de escolhas, equivocadas ou não, dos “agentes econômicos”. A realidade, porém, teima em negar esta teoria, já que o que determina o posto de trabalho em qualquer empresa, por mais que exija capacidade de desenvolver determinada atividade, não são elementos como sua assiduidade e disciplina que definirão as condições e relações de trabalho. No frigor dos ovos, o que está posta é a relação entre a produtividade do trabalho e seu custo marginal, tão cara para a determinação do nível de emprego para a neoclássica. Ou seja, se o trabalhador for capaz de ampliar sua capacidade produtiva, o empregador contratará mais funcionários até o ponto em que o salário real suba, o que, significa, em última instância, que, teoricamente, as condições em que o indivíduo se encontra depende de sua capacidade para alterá-la. Não nos alongaremos fazendo a crítica a esta postura teórica, já que ela pode ser encontrada em vários estudos. Cabe-nos apenas ressaltar que vários casos em que a terceirização ocorre, os trabalhadores apenas mudam de empresa, permanecendo, por vezes, sob o comando do mesmo empregador, realizando as mesmas atividades, porém, com rendimentos mais baixos, menos benefícios, por vezes com a jornada de trabalho aumentada, mas, quase sempre com piores condições e relações de trabalho, e caracterizada pela fraca representação sindical e com exigência premente de aumentar a produtividade e reduzir custos (CUNHA, 2002 e 2013).

#### **4. Notas conclusivas**

Se nossas avaliações estão corretas, duas percepções foram reforçadas. A primeira, de que as argumentações contidas nas estruturas que sustentam as teses da *efficiency wages* e

na (falsa) contraposição entre *insiders* e *outsiders* estão assentadas em bases neoclássicas e, ao mesmo tempo, não apresentam robustez suficiente quando contrastadas com a realidade observada a partir da reestruturação produtiva; segundo, argumentos mais consistentes para explicar a prevalência do desemprego e da tendência à precarização das condições e relações de trabalho não são encontrados em teses que apresentam estrutura teórica próxima daquela que sustenta a idéia de uma taxa natural de desemprego, mas, na orientação teórica que tem como base as relações de classe.

## 5. Referências bibliográficas

- ALVES, G. **O Novo (e precário) Mundo do Trabalho – reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- AMADEO, E. J. & ESTEVÃO, M. **A Teoria Econômica do Desemprego**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. *In*: SADER, Emir e GENTILI, Pablo. **Pós-neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado Democrático**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, R. Dimensões da Precarização Estrutural do Trabalho. *In*: DRUCK, M. G. & FRANCO, T. (orgs.). **A perda da razão social do trabalho – terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- BALTAR, P. Estrutura Econômica e Emprego Urbano na Década de 90 no Brasil. *In*: Proni, M. & Henriques, W. (orgs.). **Trabalho, mercado e sociedade. O Brasil nos anos 90**. São Paulo: Editora da Unesp; Campinas: IEUnicamp-Cesit; 2003.
- BARBOSA, A. F. **A Formação do Mercado de Trabalho no Brasil: da escravidão ao assalariamento**. Tese de doutorado. Unicamp, 2003.
- CUNHA, S. F. **O Mundo do Trabalho e os Movimentos Intersticiais das Relações entre os Processos de Valorização Produtiva e Financeira – desdobramentos e impactos**. Tese de doutorado. Unicamp, 2013.
- CUNHA, S. F. **A Reestruturação Produtiva na CTBC Telecom e os Impactos para a Organização de Trabalhadores – o caso do SINTTEL-MG**. Dissertação de mestrado. IE/UFU, 2002.
- DEDECCA, C. S. **Racionalização Econômica e Trabalho no Capitalismo Avançado**. Campinas: Unicamp/IE, 1999. Coleção Teses.

- DIEESE. **O Processo de Terceirização e seus Efeitos sobre os Trabalhadores no Brasil**. Relatório do Sistema de Informações para Acompanhamento das Negociações Coletivas no Brasil. Convênio SE/MTE N°. 04/2003-DIEESE. Dezembro/2007.
- DOERINGER, P. & PIORE, M. **Internal Labor Markets and Manpower Analysis**. Lexington, Massachusetts, DC: Heath and Company, 1971.
- DUMENIL, G. & LEVY, D. Structural Unemployment in the Crisis of the Late Twentieth Century – a comparison between the European and US experiences. *In*: BELLOFIORE, R. **Global Money, Capital Restructuring and the Changing Patterns of Labor**. Edward Elgar: Aldershot, England, 1999, pp. 33-48.
- FARIA, A. Terceirização: um desafio para o movimento sindical. *In*: MARTINS, H. H. T. S. & RAMALHO, J.R. (orgs.). **Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- FOSTER, J. B.; MCCHESENEY, R. W. & JONNA, J. **The Internationalization of Monopoly Capital**. Nova Iorque: Monthly Review Press 49, no. 4 (September 1997): 3-4.
- FRIEDMAN, M. Inflação e Desemprego: a novidade da dimensão política. *In*: **Clássicos de Literatura Econômica**. Rio de Janeiro: IPEA, 1992.
- GOUNET, T. **Fordismo e Toyotismo na Civilização do Automóvel**. São Paulo: Boitempo editorial, 1999.
- HARVEY, D. **A Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HUMPREY, J. *et alli*. **Global Strategies and Local Realities. The auto industry in emerging markets**. Groupe d'Etude et de Recherche Permanent sur l'Industrie et les Salariés de l'Automobile (Gerpisa). Londres: Macmillan Press, 2000.
- KREIN, J. D. **As Tendências Recentes na Relação de Emprego no Brasil : 1990-2005**. Campinas. Tese. Universidade Estadual de Campinas, 2007.
- MANDEL, E. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARTIN, S. B. & VEIGA, J. P. C. Globalização dos Mercados, Localização Produtiva e Relações Interfirmas: o caso das montadoras alemãs nos EUA nos anos 1990. *In*: NABUCO, M. R.; NEVES, M. A. & CARVALHO NETO, A. M. (orgs.). **Indústria Automotiva: a nova geografia do setor produtivo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Livro I, vol. I.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Vol. I Livro Primeiro, Tomo1-2.



- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**, I.I., v.1 e v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Livro 3, vol. IV. O Processo Global de Produção de Mercadorias.
- MATTOS, F. **Transformações nos Mercados de Trabalho nos Países Capitalistas Desenvolvidos a Partir da Retomada da Hegemonia Americana**. Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 2001. Tese de doutorado.
- MATTOSO, J. E. L. **O Brasil Desempregado – como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90**. 1999.
- OLIVEIRA, F. **A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital**. Estudos Cebrap. São Paulo: Brasiliense, 1976, (16): 5-25.
- OLIVEIRA, C. A. B. A Formação do Mercado de Trabalho no Brasil. *In*: OLIVEIRA, M. A. (Org.) **Economia & Trabalho: textos básicos**. Campinas: Unicamp/IE, 1998.
- PASTORE, J. **Encargos Sociais – implicações para o salário, emprego e competitividade**. São Paulo: LTR, 1997.
- PASTORE, J. **O Desemprego Tem Cura?** São Paulo: Makron Books, 1998.
- PENHA, C. D. **Empresa Rede – o modelo de gestão de talentos humanos do grupo Algar**. Uberlândia: UNIALGAR, 2001.
- POCHMANN, M. **A Transnacionalização da Terceirização na Contratação do Trabalho**. Campinas: Idéias, 2007.
- RIBEIRO, R. A. & CUNHA, S. F. **Mitsubishi: organização da produção e do trabalho**. São Paulo: Revista da ABET, v.5, n.1, p. 248-277, jan./jun. 2005.
- SALM, C. **Vai ser Difícil Requalificar**. *In*: Boletim de Conjuntura, Instituto de Economia. Rio de Janeiro: UFRJ, vol. 17, n.2, jul./1997.